

O GEORREFERENCIAMENTO E SUAS ESPECIFICIDADES EM ÂMBITO RURAL PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Denes Luis Reis Pedrosa¹ Débora Teixeira Machado² Eloísa Elena Della Justina Nascimento³

¹Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil. E-mail: denesluisp@gmail.com

²Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: debyunir@gmail.com

³Profa. Dra. Eloísa Elena Della Justina da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: eloizadella@unir.br

Introdução

O georreferenciamento constitui uma ferramenta de legalização das propriedades rurais, no qual torna-se imprescindível no Brasil frente as questões relacionadas a posse e uso da terra. Para realização de tal legalidade é necessário que haja profissionais habilitados na efetuação do Georreferenciamento, para que a propriedade possa de fato ser registrada com todos seus confrontantes e elementos naturais e artificiais. Sendo assim, o proposto trabalho traz uma reflexão acerca das etapas realizadas no Georreferenciamento, bem como suas aplicações. Para compreender melhor a funcionalidade do Georreferenciamento, buscou-se bibliografias publicadas sobre tal assunto.

Objetivo

O objetivo do trabalho foi identificar a importância do serviço do georreferenciamento frente a legalidade de terras que o Brasil vem passando nos últimos anos, consequência de uma luta por espaço vivido. Observa-se que, muito além de uma técnica, georreferenciar é uma segurança do proprietário que muitas vezes possui na terra não somente um bem de venda ou de troca, mas também um bem emocional ao qual sua vivência foi construída.

Material e Método

O presente estudo foi realizado mediante referências publicadas acerca da atividade de Georreferenciamento no Brasil, o levantamento bibliográfico permitiu um conhecimento específico sobre características do serviço que se tornou uma obrigatoriedade para registrar o imóvel e seus confrontantes. Diante da realidade presente no campo brasileiro georreferenciar é garantir o direito de uso na terra e acima de tudo assegurar a propriedade, pois é um registro da mesma contendo todas as suas especificidades.

Desenvolvimento/Resultados

O chamado georreferenciamento consiste na obrigatoriedade da descrição do imóvel rural, em seus limites, características e confrontações, através de memorial descritivo firmado por profissional habilitado, com a devida ART, "contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA" (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/75, com redação dada pela Lei Federal 10.267/01 que estabelece novas normas para o Cadastro Nacional de Imóveis, o georreferenciamento dos imóveis rurais passou a ser obrigatório).

Como resultado do processo de georreferenciamento são elaborados o memorial descritivo e a planta do imóvel rural. A apresentação destes documentos permite que se obtenha, a partir de sua leitura, a forma, a dimensão e a localização exata do imóvel rural. O trabalho tem a demonstrar um grande potencial de informações georreferenciadas de imóveis rurais como um instrumento para o monitoramento em escala local e temporal através de polígonos de precisão e de seus atributos, utilizando imagens orbitais para a realização de um SIG, com o uso de dados vetoriais como ilustra a figura 1.

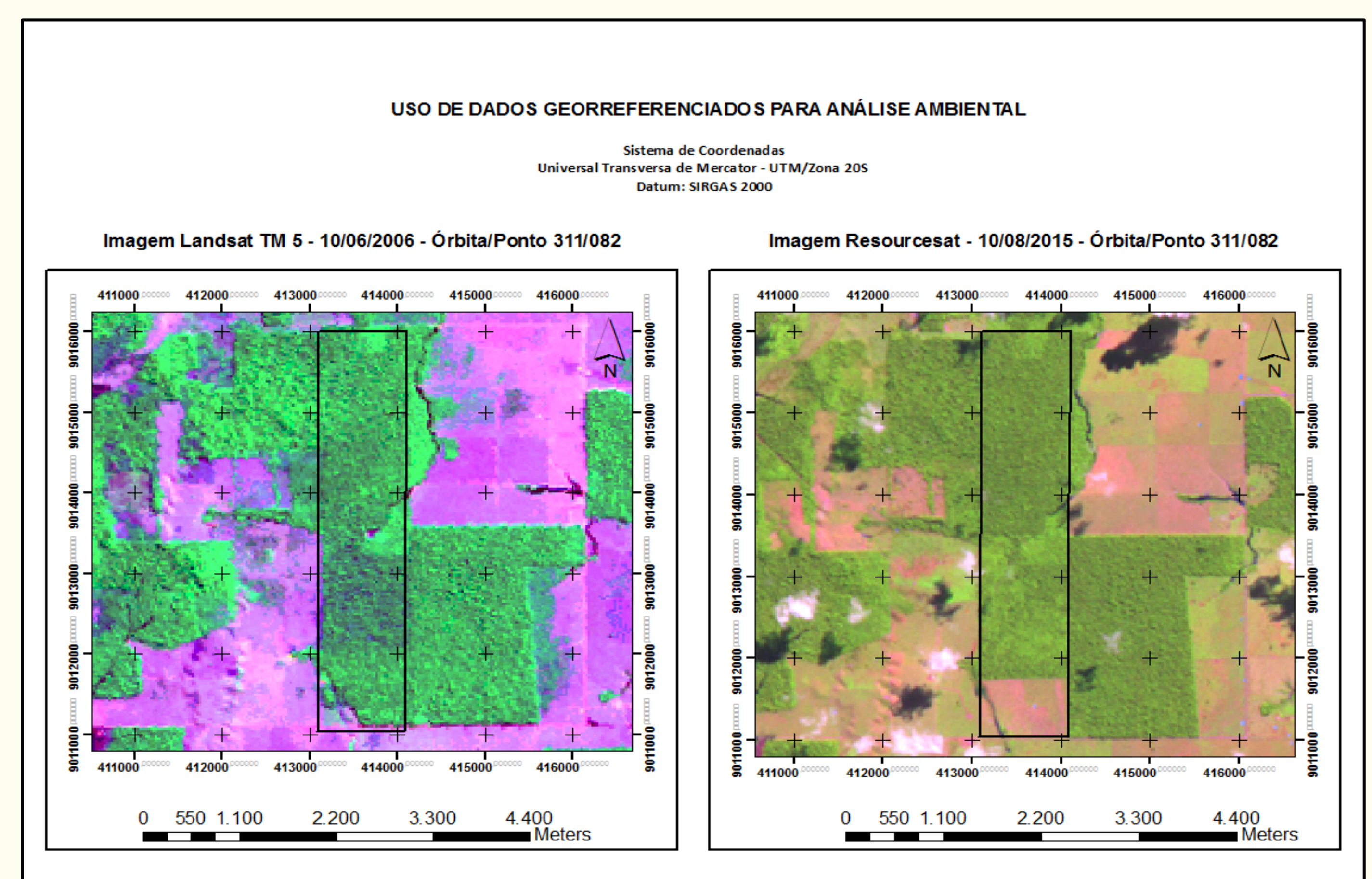


Figura 1. Análise temporal para identificação de focos de desmatamentos em parcelas georreferenciadas no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Considerações Finais

Buscou-se no presente trabalho apontar as especificidades da atividade de Georreferenciamento que constitui uma obrigatoriedade em âmbito rural brasileiro, no intuito de registrar imóveis com seus elementos naturais ou antrópicos. Diante da enorme demanda de propriedades rurais brasileiras faz-se necessária a utilização de uma ferramenta que propõe de forma segura referenciar os pontos do imóvel.

BEZERRA, Antonio Erivando et al. **GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS DO MUNICÍPIO DE APODI RIO GRANDE DO NORTE**. IV Simpósio Brasileiro De Ciências Geodésicas E Tecnologias Da Geoinformação Recife – PE, 2012. Disponível em: https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIV/CD/artigos/Todos_Artigos/038_1.pdf

FERREIRA, André et al. **Georreferenciamento De Imóvel Rural Certificação De Poligonal Por Método De Posicionamento Relativo Cinemático Em Tempo Real (Rtk)**. (Monografia) CURITIBA-PR, 2011. Disponível em: <http://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2011/10/GEORREFERENCIAMENTO-DE-IMOVEL-RURAL-CERTIFICACAO-DE-POLIGONAL-POR-METODO-DE-POSICIONAMENTO-RELATIVO-CINEMATICO-EM-TEMPO-REAL-RTK.pdf>

FOLLE, Francis Perondi. **O georreferenciamento de imóvel rural e o registro de imóveis**. s/d. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_2/francis_perondi.pdf

KIEFER, Heraldo. **O Georreferenciamento dos imóveis rurais no Brasil: aspectos normativos e operacionais que comprometem resultados**. Pontifícia universidade católica de Minas Gerais. Trabalho de conclusão de curso, 2006. Disponível em: http://www.michelinconsultoria.com.br/arquivos/informativo_8acad0ab7ef4e9a2acc448b8f68e5866.pdf

TALASKA, Alcione; ETGES, Virginia Elisabeta. **Estrutura Fundiária Georreferenciada: implicações para o planejamento e gestão do território rural no Brasil**. 2012.

PEREIRA, Kátia Duarte Pereira; AUGUSTO, Moema José de Carvalho. **O sistema geodésico brasileiro e a lei de georreferenciamento de imóveis rurais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. s/d. Disponível em: <http://www.contabeis.ufpe.br/cgtg/ISIMGEO/CD/html/geodesia/Artigos/G026.pdf>

